

Ex-ministro acusado de favorecer EUA

A denúncia contra o atual deputado Roberto Campos consta no livro "Thy Will Be Done", escrito por dois jornalistas americanos.

Flávia de Leon
 Especial para o Correio

Washington — O atual deputado Roberto Campos (PPR-RJ) teria usado a influência política e o poder dos cargos que ocupou — embaixador do Brasil nos Estados Unidos e ministro da Fazenda e do Planejamento — para favorecer negócios norte-americanos.

A denúncia consta no livro "Thy Will Be Done", de autoria dos jornalistas Gerard Colby e Charlotte Dennett. O título do livro é a frase da oração Pai Nosso que significa "seja feita a Vossa vontade".

"Thy Will Be Done" trata da conquista da Amazônia, exploração do petróleo e evangelização dos índios.

Campos, que mereceu um trecho de duas páginas (A Conexão Campos) no capítulo "O Massacre dos Inocentes", aparece cinco vezes no livro.

DOCUMENTO VÁLIDO

Figura como quem, na função de embaixador do Brasil nos Estados Unidos, aceitou como válido documento sem assinatura que permitia ao Summer Instituto de Linguística (SIL) operar serviço de rádio e transporte na Amazônia em colaboração com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI, anterior à Funai).

Segundo os americanos interessados no negócio, o documento teria sido aprovado pelo ex-presidente Jânio Quadros.

Summer é um instituto que pretendia evangelizar os índios e conquistá-los para o protestantismo. Nos Estados Unidos, era conhecido como Wycliffe Tradutores da Bíblia.

Em 1968, foram denunciados pelo *Jornal do Brasil* como missionários que queriam desfigurar a cultura indígena em benefício do protestantismo.

Tanto SIL quanto SPI eram suspeitos, segundo comentários de bastidores na época, de terem no mínimo se omitido em casos de genocídio.

"Campos ofereceu mais do que suporte" à iniciativa dos "missionários", diz o livro. Ativo patrocinador dos investimentos dos Estados Unidos no Brasil, particularmente na Amazônia, ele lançou a idéia de que o SIL deveria atuar conjuntamente com a recém-criada Universidade de Brasília, complementam os autores.

ESPERTO

Campos é descrito como um esperto economista que havia encontrado Nelson Rockefeller, homem da poderosa família americana que tinha obsessão por controlar o destino da Amazônia.

Os autores dizem ainda que o

atual deputado considerava "temporário pacto de conveniência", a aliança que fez com o SIL e com as bases políticas populistas do então presidente João Goulart.

"Ele não era amigo de Goulart e de sua política nacionalista", afirmam. Segundo o livro, o tipo de lealdade cultivada pelo então embaixador era bem conhecido em Washington. Nessa época, o Conselho de Segurança Nacional americano estava engajado num ativa campanha contra Goulart.

O governo americano queria reverter a política reformista de Goulart que, segundo os americanos, "obstruía o clima para investimentos privados".

A campanha que a Casa Branca sustentou contra o ex-presidente brasileiro foi intensa. Seus desdobramentos resultaram em tal pressão que Campos foi obrigado a renunciar, constatam Colby e Dennett.

O deputado surge em seguida como ministro da Fazenda e Planejamento do governo Castelo Branco. Nessa condição retomou os planos norte-americanos, suspensos por dez anos em virtude de reação negativa do governo brasileiro, de mapear depósitos minerais na Amazônia, conclui a pesquisa dos dois jornalistas.

Para eles, a decisão de realizar o mapeamento põe Campos entre os responsáveis pela matança de índios, ao lado do SPI, dos pistoleiros contratados pelos fazendeiros e dos militares.

Até o final da tarde de ontem, Campos não tinha sido localizado pelo Correio para comentar as denúncias do livro americano.